

**EXCELENTÍSSIMO SENHOR CONSELHEIRO RELATOR DA PRIMEIRA CÂMARA DO
EGRÉGIO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE MINAS GERAIS**

Ref.: **PROCESSO Nº 1066689**

Exmo. Senhor Conselheiro Sebastião Helvécio,

Em consonância com o inciso LV, art. 5º, da Constituição da República, o **GRUPO DE INT SOC AP AO POR DO HIV/AIDS E INF GER VHIVER**, vem à presença de Vossa Excelência, responder a citação ofício nº 31782021-SEC/1ª Câmara, referente ao processo de Tomada de Contas Especial SES nº 6110 que tramita nessa Secretaria, contendo nesta Defesa, justificativas e alegações adicionais acerca da execução do Convenio firmado entre esta entidade e a **SECRETARIA ESTADUAL DA SAÚDE** sob análise nesta egrégia Corte de Contas, 3ª CFE – 3ª Coordenadoria de Fiscalização Estadual, bem como anexar documentos complementares a fim de que sejam devidamente esclarecidos os motivos da omissão na apresentação das contas ao Órgão estatal parceiro.

Nesta, inicialmente apresentaremos aspectos da análise da prestação de contas exarada pelo órgão municipal parceiro, relacionados ao Convênio nº 675/2010, para em seguida, esclarecer os fatos pendentes e apresentar a defesa desta entidade, quanto à gestão das despesas para execução do presente convenio.

Deste modo, vem respeitosamente à presença de Vossa Excelência, tendo tomado conhecimento do envio do processo em epigrafe a esta Corte, por intermédio de sua procuradora *in fine* assinado, aduzir e requerer o que adiante se segue.

Belo Horizonte, 30 de março de 2021.

Márcio José dos Reis
OAB/MG-123745

Ilustríssimo Senhor Relator do Processo, nº 1066689 – Sebastião Helvécio.
1ª Câmara do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais
Avenida Raja Gabaglia, n.º 1.315 – Bairro Luxemburgo.
CEP: 30.380-090 - Belo Horizonte – MG

**EXCELENTÍSSIMO SENHOR CONSELHEIRO RELATOR DA PRIMEIRA
CÂMARA DO EGRÉGIO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE MINAS
GERAIS**

Ref.: **PROCESSO Nº 1066689**

Exmo. Senhor Conselheiro Sebastião Helvécio,

**O GRUPO DE INT SOC AP AO POR DO HIV/AIDS E INF GER
VHIVER**, Organização Não Governamental, inscrita no CNPJ sob o nº 70.956.917/0001-40, atualmente sem sede na cidade de Belo Horizonte/MG, vem à presença de Vossa Excelência, apresentar através do Senhor Valdecir Fernandes Buzon, Presidente do Grupo de Integração Social e Apoio ao Portador do HIV/AIDS, **SUAS RAZOES E DEFESA** no processo de Tomada de Contas Especial nº **1066689** em tramite nessa Secretaria, acerca da não apresentação dos documentos para prestação das contas durante a execução do citado Convenio firmado entre as partes, sob análise nesta egrégia Corte de Contas, 3ª CFE – 3ª Coordenadoria de Fiscalização Estadual, bem como anexar únicos documentos que ainda restam em sua guarda, a fim de que sejam esclarecidos os motivos da omissão na apresentação das contas ao Órgão Estadual parceiro.

Desta forma e neste ato encontra-se a organização representada por seu presidente á época Valdecir Fernandes Buzon, vem respeitosamente à presença de Vossa Excelência, por meio de seu procurador *in fine* assinado, expor os fatos para ao final requerer.

I. PRELIMINARMENTE

A presente Tomada de Contas Especial proposta pelo Estado de Minas Gerais relativa ao Convênio nº 675/2010 firmado com esta organização, que deste modo vem, por meio de citação apresentar os motivos de fato e de direito a seguir aduzidos.

Destacamos que o rito da Tomada de Contas Especiais, estabelecido na Instrução normativa IN nº 01/2002, que rege o presente convenio firmado a época, determina as fases dos trabalhos: Sendo a primeira a Fase Interna, onde os membros de uma comissão, em âmbito administrativo, apuram os fatos através de diligências, **oitivas**, **vistorias in loco** entre outros, para assim manifestar seguramente a sua posição através do relatório conclusivo e atesto da legalidade dos procedimentos pelo órgão de Controle Interno que emitem o certificado, são submetidos a atesto do gestor responsável pela Secretaria que encaminha os autos ao Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais conforme art. 2 e 10 para assim, proceder ao julgamento.

Na fase “externa” da TCE, competência exclusiva da Corte de Contas, o rito processual segue os trâmites do judiciário, tornando assim o procedimento interno em “PROCESSO”, cuja apreciação de mérito é de sua competência exclusiva.

Observando o rito acima descrito, ocorreram os trâmites do processo, encaminhado ao Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais. Nesta forma, a entidade e seu gestor ora citados, com o intuito de esclarecer os fatos e demonstrar a aplicação do recurso no objeto deste convenio, assim como a sua boa Fe contratual, faz valer dos seus direitos constitucionais, salvaguardada a ampla e defesa e o contraditório no processo junto ao Tribunal de Contas do Estado, em consonância com o inciso LV, art. 5º da Constituição da República.

Em face da possibilidade de resolução das questões pendentes segue breve relato das ocorrências durante a parceria e execução do convenio, bem como todas as ações executadas junto ao Órgão Estatal, com o fim de atender todas as solicitações para os esclarecimentos das contas não apresentadas em âmbito administrativo.

I.I - DO CONVÊNIO

O termo Convênio nº 675/2010 que disciplinou a celebração a época regidos pelas constituições Federal e Estadual, pelo Decreto Estadual nº 43.635/2003 e demais legislações aplicáveis: Lei Federal complementar 101/2000, Lei complementar 33/1994, Lei orgânica do Tribunal de contas de MG e suas instruções normativas á época, Lei Federal 8080/1990 e Lei Federal nº 4320/1964 e suas alterações; Lei 8.666/93 e suas alterações, em linhas gerais, estipularam as responsabilidades dos parceiros, quando da consecução o do objeto do convenio.

Assim cumpridas todas as formalidades legais, iniciou o presente Termo de Parceria em 20/12/2010, no valor de R\$ 144.000,00(cento e quarenta e quatro mil reais) sendo posteriormente prorrogados através de 04 (quatro)

termos aditivos, com a vigência final 21/12/2015. Informamos que nos períodos de vigência dos Termos de Aditivos, não houve repasses financeiros.

Os recursos financeiros para consecução dos objetivos estabelecidos, repassados pela Secretaria à Entidade, visava o *“custeio e investimento, visando à aquisição de equipamentos e materiais de consumo para as oficinas de capacitação e de corte e costuram visando à inserção das pessoas assistidas pelo projeto nos municípios de Brumadinho e Santa Luzia, com vistas ao fortalecimento técnico e operacional e atendimento ao Sistema Único de Saúde de Minas Gerais”*.

I.II – DO CREDENCIAMENTO DOS PARCEIROS DO ESTADO

As razões para escolha da entidade parceira para execução dos programas sociais do Estado de Minas Gerais, bem como seu credenciamento, obedeceu às regras normativas, no que tange ao se aspecto da regularidade da entidade, no e da análise de suas competências para na gestão e execução dos projetos, cujo desenvolvimento exigia especialização, competência, estrutura organizacional, reconhecimento entre outros.

Desta forma a entidade, Organização não Governamental, qualificada nos moldes exigidos pelo Estado, prestou serviços e parcerias de Interesse Público, em especial, o acolhimento população vulnerável pelo HIV, promovendo a sua inserção social, orientação e apoio familiar, promovendo atendimento psicológico, assistência médica, lazer, cultura, profissionalização, palestras entre outras.

São as Organizações não governamentais, autônomas e representam um grupo social, **sendo a maior parte de sua mão de obra voluntária**, sem fins lucrativos, que atuam no campo das políticas públicas, e constituem o terceiro setor da sociedade civil, **sendo desta forma, submissas também à lei 9.790 de 23/03/99**, também conhecida como **Lei do Terceiro Setor**, que prima pela transparência administrativa que a legislação exige.

Neste propósito, atuou vários anos, em parcerias com o Estado, também firmando a parceria através de outros convênios,

I.III – DA BOA FÉ DA INSTUIÇÃO PARCEIRA

O atual Código Civil preceitua em seu art. 422 que *“os contratantes são obrigados a guardar, assim na conclusão do contrato, como em sua execução, os princípios da probidade e boa-fé”* que é a característica das relações obrigacionais. Ela não se qualifica por um estado de consciência do agente de estar se comportando de acordo com o direito, como ocorre com a boa-fé subjetiva.

A boa-fé objetiva não diz respeito ao estado mental subjetiva do agente, mas sim ao seu comportamento em determinada relação jurídica de cooperação. O seu conteúdo consiste em um padrão de conduta, variando as suas exigências de acordo com o tipo de relação existente entre as partes.

De outro lado, é consagrado princípio geral de direito o repúdio ao enriquecimento sem causa (CC, art. 884), representando “**o dever moral de não enriquecer injustamente à custa de outrem**”, na lição de G. RIPERT, o que é proibido pela moral, não é enriquecer a custa de outrem, mas enriquecer a custa de outrem **injustamente**. O proveito que passa “**de um patrimônio para o outro marca o nexo de causalidade entre o empobrecimento de uma das partes e o enriquecimento da outra**”.

Trata-se aqui de uma nova ideia de parceria que traz intrinsecamente o conceito da função social do contrato e da boa-fé objetiva como normas de ordem pública. Uma conceituação de parceria, condizente com os princípios adotados constitucionalmente (solidariedade, igualdade, justiça social, etc.) e com a realidade social na qual ao lado da autonomia da vontade, foram introduzidos valores éticos e sociais regentes das relações contratuais.

Diante disso, o mínimo que se espera nas parcerias é o fiel cumprimento das cláusulas avençadas, dentro dos princípios de moralidade, idoneidade, legalidade, eficiência e tantos outros que regem a administração pública, **quando um parceiro se propõe a ser um braço executor nos programas governamentais.**

I.IV – DO OBJETO CUMPRIDO

Nesta parceria, compunha também a análise das prestações de contas, o cumprimento do Plano de execução proposto, cabendo a SES Secretaria Estadual da Saúde o monitoramento e acompanhamento das ações para execução do objeto proposto.

Esta obrigação é de extrema importância, pois deveria ser considerada sempre que fosse repassar parcelas do recurso do convenio, ou elaborar termos aditivos de adequações e prorrogações. Assim tal análise das contas, somente deveria ser efetuada, mediante apresentação do relatório técnico de aprovação da correta execução e das contas aprovadas.

Neste contexto, a ausência do ente Estadual quanto ao cumprimento do dever legal de monitoramento e fiscalização com o fito de orientar e corrigir a execução do objeto no decorrer da vigência da parceria, culminou na total ausência do conhecimento dos fatos ocorridos à época.

À entidade caberia o **envio dos documentos para comprovação de que os recursos repassados foram rigorosamente aplicados no objeto do convênio e a comprovação da sua execução.**

II. DO MERITO

A instauração de tomada de contas Especial pelo órgão Estadual teve como fato ensejadores, a omissão no dever de prestar contas relativas aos valores repassados por intermédio do convenio Nº 675/2010, nos termos do inciso I do art. 47 da lei Complementar 102/2008 do TCE/MG.

Com base na análise ocorrida no relatório da Comissão de tomada de contas especial, foram apontadas as irregularidades quanto:

Em breve resumo, concluiu os relatores da TCE:

1. Constatou mediante vistoria in loco pela Comissão de TCE que o objeto estava sendo executado:

Data da vistoria: 16/04/2014 – fls. 208/210

Conclusão da Vistoria:

“Baseada na visita técnica e nos relatos de funcionários e usuários verifica-se que a instituição realiza atividades que vem oferecendo benefícios ao portador do HIV/AIDS. A melhora da autoestima, a melhoria da adesão ao tratamento antirretroviral e a maior aceitação da doença forma tópicos relevantes apontados nos depoimentos e no discurso do presidente da instituição”.

Inspeção in Loco Comissão TCE: 12/06/2018 – objetivo: ratificação do endereço do Presidente do Grupo Vivher.

2. Não apresentação dos documentos comprobatórios da prestação de contas:

2.1. Não obstante a alegação de não prestação das contas, constas dos autos do processo, documentos de fls. (203 a 210 TCE) constando o preenchimento dos anexos com as despesas relativas aos convênios firmados.

2.2. Encaminhada por meio de e-mail em 14/06/2018, relatava o fato de neste período, terem sido a instituição despejada da sede onde

funcionava a instituição, tendo assim grandes dificuldades em reorganizar a documentação no local onde se encontrava para apresentação. Solicitou ainda, a visita a SES ao local, para constatar a existências da documentação e pediu prazo para apresentação.

Pois bem, **quanto a monitoramento do convenio**: apesar do convenio ter sido firmado **em 2010**, somente foi **efetuara uma única vistoria em 2014**(quatro anos depois) quando constatou que a instituição realizava as atividades propostas, apesar das instalações terem se tornados insuficientes, em razão da grande demanda de usuários.

No que tange a análise das contas, apesar do envio dos anexos da relação das despesas executadas ao setor de prestação de contas, não conseguiu o presidente apresentar os documentos comprobatórios, pelos fatos narrados a seguir:

Após terem sido despejados do local cedido em comodato pela **CODEMIG**, e o abandono das atividades exercidas pelo dos voluntários (contadores e conselheiros) da instituição à época, deixou-a em situação de extrema dificuldade para efetuar a mudança pra outro local.

Ainda, sem saber para onde iriam, o que ocasionou uma desordem nos documentos da entidade após o despejo arbitrário, **ocasionando perdas irreparáveis nos documentos de diversos processos, cujas prestações de contas deveriam ser apresentadas.**

Desta forma, o presidente da organização, alocou os documentos restantes para a sede da Fundação Mundo Novo, na cidade de Caeté, aonde viria a dar continuidade aos projetos iniciados no Grupo Vivher, até que conseguisse agora sozinho, sem voluntários e prestadores de serviços que fossem habilitados a organizar as prestações de contas. Com uma quantidade enorme de documentos dos convênios para contabilizar não conseguiu apresenta-los a SES.

Neste íterim, a sede da fazenda onde estavam guardados os documentos, começou a sofrer ataques de bandidos da região e apoiados pelo Diretor financeiro da fundação Mundo Novo, fora incendiada, colocando a perder todos os documentos para prestar as contas dos convênios do Grupo Vivher.

Tais ataques ao local onde estavam armazenados os documentos de comprovação da prestação das contas dos convenio, podem ser comprovados, no **Inquérito Civil instaurado sob o IP Nº 9709139, cujo REU é o Diretor financeiro Sr. Almir Alves dos Santos, ID MG 10113424 SSPMG, CPF 01727568630, residente a residente Rua Iça, número 365, Cep 31130.070, Bairro Renascença, Belo Horizonte – Minas Gerais**, que vem até os dias

atuais depredando o patrimônio da instituição, **queimando documentos guardados na sede da fazenda da instituição, ofertando ameaças aos dirigentes, que acudados sequer conseguem atuar na direção da fundação, conforme Boletins de ocorrências anexos e Inquérito Civil acima citado.**

Além dos documentos deste convenio objeto desta apuração, foram também queimados de outros convênios, dentre eles os citados no relatório técnico desta Câmara, que também estão sobre o julgo desta egrégia Corte de Contas:

Nº processo	Resolução	Convênio	Relator
969675	4605/2014	343/2009	Victor Meyer
1054299	5433/2016	1800/2012	Licurgo Mourão
1058695	5561/2016	1960/2013	José Alves Viana
1054269	5436/2016	1734/2012	Wanderley Ávila
1066502	5432/2016	1732/2012	Gilberto Diniz

Impossibilitados de prestar as contas na forma estipulada pela lei, após terem sido destruídos os documentos quase na sua totalidade, e com os adventos da Lei 13.019/2014, vislumbrou-se a possibilidade de resgatar a idoneidade do Grupo Vivher.

Nestes moldes, o presidente do Grupo Vivher, orientado pelo atuais apoiadores, que reconhecem o bom trabalho efetuado pela instituição, ofertou ao gabinete do então Senhor Secretário Carlos Eduardo Amaral - Secretaria de Saúde do Estado de Minas Gerais, a proposta de efetuar o ressarcimento ao erário, nos moldes das: **Ações Compensatórias - Lei 13.019/2014, cujo teor e copiado a seguir:**

“GRUPO DE INT SOC AP AO POR DO HIV/AIDS E INF VHIVER e o seu Presidente do Sr. Valdecir Fernandes Buzon, vem oferecer, *Solução para as questões pendentes relativas às prestações de contas dos convênios firmados com a Secretaria de Estado da Saúde do Governo do Estado de Minas Gerais, por meio de,*

RESTITUIÇÃO AO ERÁRIO NOS MOLDES DAS AÇÕES COMPENSATORIAS

Relativos aos Convênios pendentes de regularização das contas firmado com constituição, nos termos do art. 72, § 2 da Lei 13.019 de 2014, e Decreto nº 8276 de 2016 da união.

I – BREVE RELATO DOS FATOS

O Estado de Minas Gerais, através da Secretaria de Estado da Saúde, propôs diversas ações ação de prestação de contas, no âmbito judicial, de Tomadas de Contas Especial interna e em tramite no TCE/MG e de execuções junto ao Ministério Público de MG, em face do Grupo de Int. Social e Apoio ao Portador Do Hiv/Aids e seu Presidente Valdecir Fernandes Buzon diante da celebração de diversos Convênios, cujas prestações de contas foram reprovadas por irregularidades ou ausência, nos documentos apresentados.

Notificou assim a SES, que os responsáveis apresentassem o pagamento do valor a ser ressarcido na forma da lei e caso não o fizesse, fossem lhes imputados à aplicação das sanções, com vistas a ressarcir o débito, tais como: Ações de Bloqueios Bacen Jud. e restrições aos bens, (fase judicial) e inserção nos cadastros restritivos SIAF do Estado.

Constatou-se que, não conseguiu o REU, comprovar por meios documentais, a execução dos objetos das parcerias, pelos seguintes motivos: Quando apresentados, restaram insuficientes pela análise dos setores de prestação de contas da Secretaria de Estado da Saúde do Governo do Estado de Minas Gerais, ora em razão das dificuldades de localização dos mesmos após o encerramento das atividades da instituição, **invasão do local onde os documentos estavam guardados, sendo os mesmos objeto de roubos, depredação e incêndio, conforme inquérito em tramitação na Delegacia de Caeté - MG, e PA MPMG nº0024.18.01.0190266 – Promotoria de Justiça Especializada na Tutela de Fundações , assim como pela ausência dos trabalhos dos responsáveis pela contabilidade da entidade à época.**

Esses, dentre outros motivos, culminaram com reprovação das contas de diversos convênios firmados coma instituição, que na maioria deles, tiveram seus objetivos alcançados e execução cumprida.

Ocorre que **contribuiu para tais irregularidades, o fato de que os órgãos fiscalizadores, não efetuaram tempestivamente os atos de fiscalização para comprovação da execução.**

Reconhece o REU, que tais irregularidades nesta fase processual, não podem mais ser (ré) discutidas, restando

somente o cumprimento do dever de prestar as contas à Sociedade dos atos praticados.

Desta forma, vem apresentar as soluções cabíveis, dentro das suas possibilidades, de ressarcir ao erário, **beneficiando novamente a SOCIEDADE**, com a continuidade dos serviços prestados pela Instituição, de essencial e extrema importância, reconhecida pelos meios jurídicos e sociais, no período em que atuou como parceiro do Estado, no desempenho de suas atribuições, levando aos **doentes carentes, portadores do HIV, dependentes químicos (álcool e drogas); mais qualidade de sobrevivência, apoio psicológico, moradia, reinserção na sociedade, tratamento médico entre tantos outros.**

II. APLICAÇÃO DA LEI 13019/2014 – CABIMENTO

Relata o conveniente, que após exaustivamente tentar comprovar nos autos dos processos, através dos documentos apresentados que se encontravam ainda em posse do presidente da entidade e cujas prestações de contas foram reprovadas, na sua maioria, questões formais, consideradas irrelevantes na nova legislação vigente (lei 13019/2014) e que foram apontadas pelos analistas como importantes, algumas destas incorreções de meras formalidades tais como: a autuação dos autos do processo (não estavam corretamente numeradas); Ausência de carimbos de ateste em “algumas” notas fiscais; Ausência de declaração de guarda de documentos dentre outras.

O novo instituto legal, veio para superar as carências dos dispositivos vigentes, bem como adequar as ferramentas tecnológicas das quais dispomos, para facilitar, acompanhar, garantir a transparência das relações jurídicas e documentais, promover as garantias no processo, permeando a ampla defesa e contraditório, inovando as parcerias, de modo a não imputar determinações injustas aos parceiros que são o “braço” do Estado, para chegar em locais que a administração pública não alcança.

De fato, também foram apontados elementos importantes, para a análise das contas, que, com o fechamento da instituição, não foram possíveis de localizar, tanto tempo depois.

Observa-se ainda, que para considerar a **análise correta da prestação de contas** pelo órgão gestor, é necessária uma estreita correlação entre o nexo receita x despesas. Também, de maior importância, cuja ausência nos autos, prejudica consideravelmente a análise: **a inserção nos autos pelo órgão estatal parceiro**, obrigatoriamente fiscalizador, do documento **relatório da execução do objeto do convênio**, para que através de análise conjunta com os documentos de prestação de contas sejam passíveis de aprovação conforme preconiza a legislação pertinente a época.

Diante da complexa situação que se apresenta, na maioria dos processos, não se pronunciou o órgão estatal parceiro, sobre a execução do convênio, obrigação imputada a este, **com o atesto do órgão que o objeto fora cumprido e seu alcance social comprovado**, maculando assim o relatório de análise das prestações das contas apresentados.

Nesta Forma, o Governo do Estado de Minas Gerais tomou as providências cabíveis, remetendo primeiramente os autos para averiguação via procedimento: ora de Tomada de Contas Especiais, ora de ações judiciais, restringindo sua que se resolvessem ainda em âmbito administrativo.

Em que pese o fato do cumprimento das normativas legais impostas ao Estado, nesse aspecto, rege tais relações, o artigo 10, do Decreto Estadual 43.635/03, cujo teor do parágrafo segundo, reiterou:

“Resguarda as entidades e órgão sob a égide da proteção da Lei de responsabilidade Fiscal já mencionada, conforme as atividades “salvo aquelas relativas a ações de **educação, saúde e assistência social**, conforme parágrafo 3º do art. 25 da Lei Complementar Federal nº 101, de 2000” e amparado também pelo Art. 30 da Lei nº 20.845/2013.”.

Estando assim, inseridas na seara da proteção da normativa citada alhures, e sendo questão delicada que merece tratamento diferenciado, por ser a instituição filantrópica de grande feitos junto ao Governo do Estado **no amparo da população adoecida pelo vírus HIV**, bem como das importantes ações desempenhadas pelo parceiro no combate à doença e ao preconceito social aos portadores impostas, **esta sofreu com a ausência de repasses dos recursos públicos**,

tendo que interromper suas atividades, aumentando o risco de atendimento a comunidade.

Necessário se faz a abordagem das análises das contas, a luz da Lei 13.019/14, **que priorizou o alcance dos resultados nas parcerias**. Ocorre que o poder público ainda não assimilou a sistemática utilitarista da MROSC, continuando a praticar as pesadas e controversas questões, evoluídas, que veio trazer este novo instituto legal, no momento das prestações de contas.

“Art. 91. Os convênios e instrumentos congêneres existentes na data de entrada em vigor da Lei nº 13.019, de 2014, permanecerão regidos pela legislação em vigor ao tempo de sua celebração, sem prejuízo da aplicação subsidiária da Lei nº 13.019 de 2014, e deste Decreto, naquilo em que for cabível, desde que em benefício do alcance do objeto da parceria” (decreto União. nº 8276 de 2016)”

Resta esclarecer, que a **MROSC** privilegiou avaliar o alcance dos resultados e metas, em que a prestação de contas, visa confirmar a regularidade da aplicação dos recursos, priorizando o controle de resultados (art. 6, II), **pois a entrega do resultado a sociedade é mais importante que o acerto de contas**.

Assim, pode se considerar a hipótese da análise completa das contas, **quando a entidade e o órgão fiscalizador não comprovar o alcance das metas e resultados, e quando houver evidências de irregularidades na execução do objeto**, justificando assim a instauração de tomadas de contas (art. 69, § 2º MROSC). Ainda, na hipótese de danos ao erário por ato de gestão ilegítimo, antieconômico, desfalque o desvio de valores públicos (art. 72, III).

Nesta toada, a interpretação da MROSC, se impõe diante dos fundamentos que busca assegurar maior envolvimento social, desenvolvimento inclusivo e sustentável, **controle social, direitos humanos e meio ambiente** (art. 6º, lei 13.204/2015).

Destarte, o regime jurídico desenhado nos art. 5º e 6º, privilegia a fiscalização e o alcance de metas e resultados.

Portanto, **todo o mecanismo aperfeiçoado pela lei 13.019/2014, se impõe, almejando a eficácia das ações em execução ou já executadas, em busca dos melhores resultados para a sociedade, podendo e devendo ser aplicada por analogia, aos pendentes acertos de prestações das contas também anteriores.**

III. DAS AÇÕES COMPENSATORIAS

Dispôs a Lei nº 13.019 de 31 de Julho de 2014, o regime jurídico para mútua cooperação para a consecução de finalidades de interesse público e recíproco, das parcerias entre a administração pública e as organizações da sociedade civil, por meio da execução de atividades e projetos pré-estabelecidos, como forma de regular e direcionar a forma de repasses do Estado para as instituições parceiras.

Em seu **Art. 72. § 2º**, possibilitou, caso se constatasse a ocorrência de rejeição das prestações de contas, que as Organizações Sociais pudessem solicitar autorização para administração pública, para o ressarcimento ao erário por meio das AÇÕES COMPENSATORIAS de interesse público.

“Art. 72 (...) Parágrafo 2º - Quando a prestação de contas for avaliada como irregular, após exaurida a fase recursal, se mantida a decisão, a organização da sociedade civil **poderá solicitar autorização para que o ressarcimento ao erário seja promovido por meio de ações compensatórias de interesse público**, mediante a apresentação de novo plano de trabalho, conforme o objeto descrito no termo de colaboração ou de fomento e a área de atuação da organização, cuja mensuração econômica será feita a partir do plano de trabalho original, desde que não tenha havido dolo ou fraude_e não seja o caso de restituição integral dos recursos. (Incluído pela Lei nº 13.204, de 2015).

Contudo, as regras e os procedimentos para a compensação, ainda não foram definidos pelo Governo do Estado de Minas Gerais. Dispôs o Decreto 47.132/2017, que regulamenta o regime jurídico das parcerias entre a administração pública e as organizações da sociedade civil, em seus art. 82, § 5 e 6:

“DECRETO 47132 DE 20/01/2017 - TEXTO ATUALIZADO
Art. 82 – Na análise da prestação de contas pelas áreas

técnicas, verificados indícios de danos ao erário, o cálculo para a devolução dos recursos pela OSC deverá observar:

(...)

§ 5º – A OSC poderá solicitar o ressarcimento ao erário por meio de ações compensatórias de interesse público, desde que não tenha havido dolo ou fraude ou não seja o caso de restituição integral dos recursos, nos termos do § 2º do art. 72 da Lei Federal nº 13.019, de 2014.

§ 6º – As regras e os procedimentos para aplicação do disposto no § 5º deverão ser definidos em ato conjunto do Secretário de Estado de Governo com o Secretário de Estado de Fazenda e o Controlador-Geral do Estado.”

Ocorre que as regras para aplicação do dispositivo acima, ainda não foram definidas, como confirma matéria a seguir, da Revista jurídica da Advocacia Geral do Estado:

“MARCO REGULATÓRIO DAS ORGANIZAÇÕES DA SOCIEDADE CIVIL DO ESTADO DE MINAS GERAIS - Ricardo Agra Villarim e Thaís Saldanha Belisário dos Santos, pag. 91-Direito Público: Revista Jurídica da Advocacia-Geral do Estado, v.14, n.1, Jan./Dez., 2017, fls. 160:

Como uma novidade no âmbito das relações estabelecidas entre a Administração Pública e as denominadas organizações sociais, o instituto das ações compensatórias de interesse público foi previsto como meio de ressarcimento ao erário quando não tenha havido dolo ou fraude ou não seja o caso de restituição integral dos recursos pela OSC. Tal possibilidade ocorrerá mediante apresentação de novo plano de trabalho, conforme objeto descrito no termo de colaboração ou de fomento e a área de atuação da organização, cuja mensuração econômica será feita a partir do plano de trabalho original. “Demais regras e procedimentos serão definidos em ato conjunto do Secretário de Estado de Governo com o Secretário de Estado de Fazenda e o Controlador Geral do Estado, ainda pendente de publicação.”

Nesta toada, nos restou embasar o pretendido pedido na legislação publicada pela união, reconhecendo a hierarquia das normas, Decreto nº 8726 de 2016 da União, artigo 68, parágrafo 3º:

“Art. 68”. Exaurida a fase recursal, o órgão ou a entidade da administração pública federal deverá:

II - no caso de rejeição da prestação de contas, notificar a organização da sociedade civil para que, no prazo de trinta dias:

a) devolva os recursos financeiros relacionados com a irregularidade ou inexecução do objeto apurada ou com a prestação de contas não apresentada; ou.

b) solicite o ressarcimento ao erário por meio de ações compensatórias de interesse público, mediante a apresentação de novo plano de trabalho, nos termos do [§ 2º do art. 72 da Lei nº 13.019, de 2014](#).

§ 2º A administração pública federal deverá se pronunciar sobre a solicitação de que trata a alínea “b” do inciso II do caput no prazo de trinta dias.

§ 3º A realização das ações compensatórias de interesse público não deverá ultrapassar a metade do prazo previsto para a execução da parceria.

§ 4º Compete exclusivamente ao Ministro de Estado ou ao dirigente máximo da entidade da administração pública federal autorizar o ressarcimento de que trata a alínea “b” do inciso II do caput.

*§ 5º Os demais parâmetros para concessão do ressarcimento de que trata a alínea “b” do inciso II do **caput** serão definidos em ato do Ministro de Estado ou do dirigente máximo da entidade da administração pública federal, observados os objetivos da política, do plano, do programa ou da ação em que a parceria esteja inserida. ”*

E nestes termos, que vem o REU solicitar nesta instância, o atendimento ao seu pleito, para restituição dos valores devidos ao estado, nas parcerias, cujas prestações de contas não fora corretamente prestadas, da devolução ao erário público na forma de ações compensatórias, primando pela plena satisfação do interesse público, quando, neste contexto, objetiva que o valor considerado inexecutado, retorne na forma de benefício à sociedade, sendo recomposto na origem da fonte orçamentarias destinada as ações de prevenção de

saúde, em especial, nesta tão carente área de apoio aos portadores do HIV.

IV – DOS PROJETOS PARA COMPOSIÇÃO

Comtemplara a aceitação desta composição, o escopo dos projetos iniciais, com a mesma finalidade a ser alcançada, complementados de acordo com o interesse público e o plano de trabalho dos convênios cujas análises das contas foram consideradas irregulares e reprovadas, a ser aqui ofertados pelo **Grupo De Int Soc. Ap. Ao Por Do Hiv/Aids E Inf. Vivher.**

Informa ainda, a procedência dos recursos, para arcar com os custos do ressarcimento, considerando a transparência e lisura que a causa exige.

A instituição **GRUPO DE INT SOC AP AO POR DO HIV/AIDS E INF VHIVER, e VALDECIR FERNANDES BUZON**, seu presidente, informa que, a **FUNDAÇÃO MUNDO NOVO**, trabalha em prol da captação dos recursos, para a execução dos projetos, e que oferecerá a fiança para as ações compensatórias, COM O REPASSE DOS RECURSOS necessários, sendo, neste caso, solidariamente devedora, assim que ajustados os termos da composição.

V – DA BOA FÉ DA INSTUIÇÃO PARCEIRA

O atual Código Civil preceitua em seu art. 422 que “os contratantes são obrigados a guardar, assim na conclusão do contrato, como em sua execução, os princípios da probidade e boa-fé” que é a característica das relações obrigacionais. Ela não se qualifica por um estado de consciência do agente de estar se comportando de acordo com o direito, como ocorre com a boa-fé subjetiva.

A boa-fé objetiva não diz respeito ao estado mental subjetiva do agente, mas sim ao seu comportamento em determinada relação jurídica de cooperação. O seu conteúdo consiste em um padrão de conduta, variando as suas exigências de acordo com o tipo de relação existente entre as partes.

De outro lado, é consagrado princípio geral de direito o repúdio ao enriquecimento sem causa (CC, art. 884), representando “**o dever moral de não enriquecer injustamente à custa de outrem**”, na lição de G. RIPERT, o que é proibido pela moral, não é enriquecer a custa de outrem, mas enriquecer a custa de

outrem **injustamente**. O proveito que passa “**de um patrimônio para o outro marca o nexo de causalidade entre o empobrecimento de uma das partes e o enriquecimento da outra**”.

Trata-se aqui de uma nova ideia de parceria que traz intrinsecamente o conceito da função social do contrato e da boa-fé objetiva como normas de ordem pública. Uma conceituação de parceria, condizente com os princípios adotados constitucionalmente (solidariedade, igualdade, justiça social, etc.) e com a realidade social na qual ao lado da autonomia da vontade, foram introduzidos valores éticos e sociais regentes das relações contratuais.

Diante disso, **o mínimo que se espera nas parcerias é o fiel cumprimento das cláusulas avençadas, dentro dos princípios de moralidade, idoneidade, legalidade, eficiência e tantos outros que regem a administração pública, quando um parceiro se propõe a ser um braço executor nos programas governamentais.**

V. DOS PEDIDOS

Considerando que, comprovadamente os objetivos e alcance social dos novos projetos ofertados vêm de encontro ao interesse público;

Que, diante das razões, esclarecimentos e justificativas aqui expostas todos o trabalho desempenhado pela instituição foi e será; executado de boa-fé, não apresentando em momento algum qualquer outro fim que não fosse o interesse público;

Que a entidade bem como o gestor, Responsáveis nos processos, não possuem condições de ressarcir ao Estado **um valor que em momento algum foi utilizado de forma ilícita; que não beneficiou a si próprio ou a outrem dolosamente**, haja vista que o imputado responsável não possui e jamais possuiu bens que ostentasse o enriquecimento ilícito em momento algum, vivendo somente do seu salário de professor, não vislumbra esta outra forma de ressarcir o Estado, senão oferecendo os seus reconhecidos bons préstimos a sociedade, através do trabalho por longo tempo desempenhado no combate e prevenção de tão grave e seria enfermidade.

É neste teor, que reforçam os Réus pela procedência dos pedidos.

- a) *Requer nos termos do artigo art. 72, § 2 da Lei 13.019 de 2014, e Decreto nº 8276 de 2016 da união, a aceitação dos pedidos de composição dos danos aos erários na forma de ações compensatórias.*
- b) *Requer o levantamento de todos os débitos apontados como danos ao erário pela instituição, para numa ação única, ofertar os projetos de forma a executa-los nos moldes dos projetos a serem apresentados, até quitação total dos danos ao erário público estadual.*
- c) *Requer também, que a Fundação Novo Mundo, provedora dos recursos, seja a principal fiança na consecução dos objetivos das ações compensatórias de cada projeto a ser apresentado.*
- d) *Requer ainda, concessão de prazo suficiente para que os réus possam apresentar os projetos condizentes com a devolução ora proposta.*
- e) *Requer a análise do pedido sob o julgo da **Lei nº 13.019/2014**, trazendo a luz da analogia, o justo julgamento do mérito da questão aperfeiçoado por esta normativa.*

Com o fito de melhor orientar as relações estabelecidas nas parcerias com o Estado, em suas significativas alterações considerando as mais benéficas aos Réus.

Pede e espera que seus pedidos sejam aceitos e acatados, como forma de lidima justa, atendendo aos anseios de retomar, de poder dar continuidade aos trabalhos da entidade, para atender a esse excluído e carente grupo social, que mingnam de atendimento e falecem as vistas da sociedade.

“Atenciosamente, Valdecir Fernandes Buzon Presidente”.

III. DOS PRINCÍPIOS NORTEADORES DO DIREITO - PONDERAÇÃO

Na busca pela solução das questões em que “cabem” a coexistência das normas regentes das parcerias: anteriores (Decreto Estadual nº 43.635) e sucessoras (Lei 13.019/2014), entre outras que regem a matéria, cujo tema tratado é a evolução dos termos de parcerias entre o estado e as instituições;

Considerando, que compartilham na busca pelas melhores soluções para dirimir as relações sob a ótica do direito e do objetivo comum: oferecer serviços que venham a beneficiar a população com acolhimento e ações que busquem melhorar o contexto social em que vivem;

Solucionar os conflitos existentes entre normativas que, inicialmente parecem contraditórias e que podem ser resolvidos com a utilização de instrumentos próprios com a aplicação dos princípios: da razoabilidade e da técnica da ponderação.

Segue ensinamento dos ilustres mestres Luís Roberto Barros e Ana Paula de Barcellos:

"A ponderação consiste, portanto, em uma técnica de decisão jurídica aplicável a casos difíceis, em relação aos quais a subsunção se mostrou insuficiente, especialmente quando uma situação concreta dá ensejo à aplicação de normas de mesma hierarquia que indicam soluções diferenciadas. A estrutura interna do raciocínio ponderativo ainda não é bem conhecida, embora esteja sempre associada às noções difusas de balanceamento e sopesamento de interesses, bens, valores ou normas. (...)

De forma simplificada, é possível descrever a ponderação como um processo em três etapas, relatado a seguir. Na primeira etapa, cabe ao intérprete detectar no sistema as normas relevantes para a solução do caso, identificando eventuais conflitos entre elas. Como se viu, a existência dessa espécie de conflito - insuperável pela subsunção - é o ambiente próprio de trabalho da ponderação. Assinale-se que norma não se confunde com dispositivo: por vezes uma norma será o resultado da conjugação de mais de um dispositivo. Por seu turno, um dispositivo isoladamente considerado pode não conter uma norma ou, ao revés, abrigar mais de uma. Ainda neste estágio, os diversos fundamentos normativos - isto é: as diversas premissas maiores pertinentes - são agrupados em função da solução que estejam sugerindo.

Ou seja: aqueles que indicam a mesma solução devem formar um conjunto e argumentos. O propósito desse agrupamento é facilitar o trabalho posterior de comparação entre os elementos normativos em jogo.

Na segunda etapa, cabe examinar os fatos, as circunstâncias concretas do caso e sua interação com os elementos normativos. Relembre-se, na linha do que já foi exposta anteriormente, a importância assumida pelos fatos e pelas consequências práticas da incidência da norma na moderna interpretação constitucional. Embora os princípios e regras tenham uma

existência autônoma em tese, no mundo abstrato dos enunciados normativos, é no momento em que entram em contato com as situações concretas que seu conteúdo se preencherá de real sentido.

Assim, o exame dos fatos e os reflexos sobre eles das normas identificadas na primeira fase poderão apontar com maior clareza o papel de cada uma delas e a extensão de sua influência. Até aqui, na verdade, nada foi solucionado e nem sequer há maior novidade. Identificação das normas aplicáveis e compreensão dos fatos relevantes fazem parte de todo e qualquer processo interpretativo, sejam os casos fáceis ou difíceis. É na terceira etapa que a ponderação irá singularizar-se, em oposição à subsunção. Relembre-se, como já assentado, que os princípios, por sua estrutura e natureza, e observados determinados limites, podem ser aplicados com maior ou menor intensidade, à vista de circunstâncias jurídicas ou fáticas, sem que isso afete sua validade.

Pois bem: nessa fase dedicada à decisão, os diferentes grupos de normas e a repercussão dos fatos do caso concreto estarão sendo examinados de forma conjunta, de modo a apurar os pesos que devem ser atribuídos aos diversos elementos em disputa e, portanto, o grupo de normas que deve preponderar no caso. Em seguida, é preciso ainda decidir quão intensamente esse grupo de normas - e a solução por ele indicada - deve prevalecer em detrimento dos demais, isto é: sendo possível graduar a intensidade da solução escolhida, cabe ainda decidir qual deve ser o grau apropriado em que a solução deve ser aplicada. Todo esse processo intelectual tem como fio condutor o princípio instrumental da proporcionalidade ou razoabilidade.

(BARROSO, Luís Roberto; BARCELLOS, Ana Paula de. O começo da história: A nova interpretação constitucional e o papel dos princípios no direito brasileiro. Revista de Direito Administrativo, Rio de Janeiro, 232: 141-176, Abr./Jun. 2003) Disponível em <http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rda/article/view/45690>

Portanto, **todo o mecanismo aperfeiçoado pela lei 13.019/2014, se impõe, almejando a eficácia das ações em execução ou já executadas, em busca dos melhores resultados para a sociedade, podendo e devendo ser**

aplicada por analogia, aos pendentes acertos de prestações das contas também anteriores, como já vem sendo praticados em outros países, como EUA.

Na oportunidade, encaminha documentos comprobatórios dos fatos acima narrados, fotos do local após incêndio, inquéritos investigatórios das ações; resposta do Estado à solicitação apresentada entre outros.

IV. DOS PEDIDOS

É neste teor, que reforçam os Réus pela procedência análise dos pedidos contidos nesta peça, porquanto ainda esta lide se encontra sob o julgo desta e. Corte de Contas do Estado de Minas Gerais.

- a) Considerar o acolhimento desta defesa de forma a ressarcir o erário público por meio das ações compensatórias.
- b) Considerar a aplicação dos princípios da ponderação e da razoabilidade na análise da proposta de ressarcimentos ao erário estadual, por meio das ações compensatórias;
- c) Considerar, em caso de superação, aprovação com ressalvas das contas prestadas tendo em vista o objeto cumprido durante toda a vigência do convenio.
- d) Requer o depoimento do REU, na pessoa do Sr. Valdecir Fernandes Buzon, com o fito de esclarecer as ocorrências relatadas nesta peça.
- e) A solidariedade dos gestores estaduais sobre o valor total a ser apurado para devolução ao erário, nos termos do mérito apresentados.
- f) Requer também, a dilação de prazo para que os réus possam apresentar os documentos que comprovam a presença dos atendidos pela instituição, posto que não foi possível efetuar a conversão/scanner dos mesmos (cerca de 500 folhas) em razão do fechamento do comercio/copiadoras neste período de pandemia.

Neste teor, reiteramos pela reanálise dos processos sob o julgo de V. Exmo. proceder à análise do processo sob o julgo da **Lei nº 13.019/2014**, trazendo a luz da analogia, o justo julgamento do mérito da questão aperfeiçoado por esta normativa, com o fito de melhor orientar as relações estabelecidas nas parcerias com o Estado, em suas significativas alterações considerando as mais benéficas aos Réus.

Nestes Termos,

Pede deferimento.

Belo Horizonte, 30 de março de 2021.

Marcio Jose dos Reis
OAB/ MG-123745